



AVISO IMPORTANTE:



Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- × Exercícios comentados, questões e mapas mentais
- × Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>



ITAITINGA - CE

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAITINGA -
CEARÁ - CE

Professor da Educação
Básica

EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2025

CÓD: SL-183MA-25
7908433277262

Didática e Legislação

1. Educação, escola, professores e comunidade.....	9
2. Papel da didática na formação de educadores	9
3. A revisão da didática	11
4. Tendências pedagógicas no brasil e a didática.....	11
5. Aspectos fundamentais da pedagogia	13
6. Disciplina, uma questão de autoridade ou de participação?.....	14
7. Os componentes do processo didático: ensino e aprendizagem; o processo de ensino; o processo de ensinar e aprender; didática e metodologia.....	17
8. O compromisso social e ético dos professores	23
9. O currículo e seu planejamento.....	23
10. O projeto pedagógico da escola.....	31
11. O plano de ensino e plano de aula	34
12. Relações professor-aluno: a atuação do professor como incentivador e aspectos socioemocionais; o relacionamento na sala de aula	37
13. A relação objetivo-conteúdo-método.....	41
14. Avaliação da aprendizagem. Funções da avaliação. Princípios da avaliação.....	42
15. Superação da reprovação escolar	45
16. Lei de diretrizes e bases da educação nacional - lei n.º 9.394/96, De 20/12/96: do ensino fundamental. Da educação de jovens e adultos. Da educação especial.....	46
17. A Ldb e a formação dos profissionais da educação	65
18. Temas contemporâneos: bullying	65
19. O papel da escola.....	66
20. A escolha da profissão	66
21. Teorias do currículo.....	67
22. Acesso, permanência com sucesso do aluno na escola.....	69
23. O planejamento escolar: importância; requisitos gerais; os conteúdos de ensino ; gestão da aprendizagem.....	69
24. Planejamento e gestão educacional	77
25. Avaliação institucional, de desempenho e de aprendizagem.....	78
26. O professor: formação e profissão.....	80

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de textos: situação comunicativa, pressuposição, inferência, ambiguidade, ironia, figurativização, polissemia, intertextualidade, linguagem não-verbal.....	87
2. Tipos e gêneros textuais: narrativo, descritivo, expositivo, argumentativo, instrucionais, propaganda, editorial, cartaz, anúncio, artigo de opinião, artigo de divulgação científica, ofício, carta.....	96
3. Estrutura textual: progressão temática, parágrafo, frase, oração, período, enunciado, pontuação, coesão e coerência ...	102
4. Variedade linguística, formalidade e informalidade, formas de tratamento, propriedade lexical, adequação comunicativa	114
5. Norma culta: ortografia, acentuação, emprego do sinal indicativo de crase.....	115
6. Pontuação.....	120
7. Formação de palavras, prefixo, sufixo.....	122

8. Classes de palavras, flexão verbal e nominal	126
9. Regência.....	137
10. Concordância nominal e verbal	139
11. Sintaxe de colocação.....	141
12. Produção textual.....	142
13. Semântica: sentido e emprego dos vocábulos; campos semânticos	145
14. Emprego de tempos e modos dos verbos em português	150
15. Fonologia: conceitos básicos, classificação dos fonemas, sílabas, encontros vocálicos, encontros consonantais, dígrafos, divisão silábica	150
16. Morfologia: reconhecimento, emprego e sentido das classes gramaticais	155
17. Termos da oração; processos de coordenação e subordinação.....	155
18. Transitividade e regência de nomes e verbos.....	159
19. Padrões gerais de colocação pronominal no português	159
20. Estilística: figuras de linguagem	159
21. Reescrita de frases: substituição, deslocamento, paralelismo.....	161
22. Norma culta	165

Noções de Informática

1. Noções de sistema operacional: fundamentos e operação, organização e gerenciamento de informações, arquivos, pastas e programas.....	171
2. Arquitetura de computadores. Dispositivos de entrada e saída: conceitos, tipos, funcionamento, instalação	172
3. Sistemas operacionais modernos (ubuntu linux e windows 11).....	176
4. Procedimentos de backup e recuperação contra desastres	185
5. Aplicativos para escritório: edição de textos, planilhas, apresentações, comunicações, banco de dados e demais programas (microsoft office e google workspace)	186
6. Rede de computadores: fundamentos e conceitos básicos, ferramentas, aplicativos, endereçamento e procedimentos de internet e intranet. Internet: uso e navegação, sites de busca e pesquisa, aplicativos de navegação (microsoft edge, mozilla firefox e google chrome).....	243
7. Grupos de discussão	249
8. Redes sociais.....	251
9. Correio eletrônico: fundamentos, funcionamento e aplicativos (email do windows, mozilla thunderbird e similares)	254
10. Computação em nuvem: fundamentos de cloud computing, tipos de oferta de serviço (iaas, paas, saas), modelos de implementação, serviços e provedoras (google, amazon, microsoft, etc.)	258
11. Segurança da informação: fundamentos e princípios, procedimentos de segurança, malware (vírus, worms, trojan, etc.), Aplicativos de segurança (antivírus, firewall, anti-spyware, etc.)	260
12. Importação e exportação de dados: tipos de documentos e formatos, conversões, importação e exportação	265
13. Algoritmos e programação de computadores: fundamentos, construção e análise de algoritmos, pseudocódigos, fluxogramas, programação estruturada (python, javascript, etc.).....	266
14. Soluções de comunicação: tecnologias, aplicativos de mensageria e comunicação (whatsapp, telegram, skype, discord, etc.).....	270
15. Ambientes corporativos: serviços de rede, autenticação e autorização, domínio, compartilhamento de pastas e recursos.....	270

Noções de Direito Administrativo e Constitucional

1. A administração pública: princípios da administração pública	277
2. Poderes administrativos.....	281
3. Atos administrativos	288
4. Licitações e contratos administrativos.....	302
5. Servidores públicos: regime especial, regime trabalhista, expediente funcional e organizacional; cargo, emprego e função pública.....	331
6. Órgãos públicos.....	345
7. Improbidade administrativa.....	351
8. Processo administrativo.....	368
9. Constituição da república federativa do brasil: dos princípios fundamentais – arts. 1º ao 4º.....	372
10. Dos direitos e deveres individuais e coletivos – art. 5º.....	373
11. Dos direitos sociais – arts. 6º ao 11º.....	377
12. Da nacionalidade – arts. 12º e 13º	379
13. Dos direitos políticos – arts. 14º ao 16º.....	380
14. Da organização político-administrativa – arts. 18º e 19º.....	382
15. Dos municípios – arts. 29º ao 31º.....	383
16. Da administração pública – arts. 37º ao 41º.....	386

Matemática

1. Raciocínio lógico. Sequência lógica.....	397
2. Conjuntos: relações de pertinência, inclusão, igualdade e operações	401
3. Razão e proporção	404
4. Geometria plana e espacial	406
5. Regra de três simples e composta	419
6. Porcentagem e juros simples	420
7. Sistema lineares	422
8. Progressão aritmética e geométrica	424
9. Análise combinatória e probabilidade	426
10. Estatística: média, moda e mediana	430
11. Trigonometria no triângulo retângulo	432
12. Álgebra básica.....	433

Conhecimentos Sobre o Município

1. História de itaitinga aspectos geográficos e municípios circunvizinhos. Emancipação e fundação da cidade. Promulgação da lei orgânica da cidade. Administração municipal. Datas significativas e comemorativas do município. Fatores econômicos da cidade. Demais aspectos gerais a respeito do município de itaitinga.....	441
--	-----

Conhecimentos Específicos

Professor da Educação Básica

1. Concepção de desenvolvimento humano / apropriação do conhecimento na psicologia histórico-cultural	445
2. A brincadeira de papéis sociais e formação da personalidade	447
3. Objetivos da educação infantil.....	449
4. A criança na educação infantil e suas linguagens	452
5. Atendimento à criança na educação infantil provinda de ambientes pouco estimuladores do seu desenvolvimento cultural.....	453
6. Atividade de estimulação para a leitura na educação infantil	454
7. A educação artística a serviço da criatividade infantil	454
8. Situações estimuladoras na área do pensamento operacional concreto	457
9. O desenvolvimento das percepções: o processo de formação de conceitos.....	460
10. A criança e o meio social.....	463
11. Aprendizagem da linguagem e a linguagem como instrumento de aprendizagem	466
12. A criança e o número	471
13. Avaliação da aprendizagem como processo contínuo e formativo.....	471
14. Referencial curricular nacional	471
15. A importância do lúdico na aprendizagem	472
16. Constituição federal art. 205 A 214	476
17. Estatuto da criança e do adolescente – lei nº 8.069/1990	479
18. Avaliação: concepções e funções.....	518
19. Prática educativa interdisciplinar.....	519
20. Jogos e brincadeiras no processo de ensino e aprendizagem	520
21. Função do planejamento: uma ação coletiva	521
22. Diretrizes funcionais e legais da educação inclusiva	523
23. Atividades recreativas.....	526
24. Aprendizagem: leitura/escrita	527
25. Didática: métodos, técnicas	532
26. Recursos/material didático	533
27. Desenvolvimento da linguagem oral, escrita, audição e leitura, métodos, técnicas e habilidades, instrumentos/atividades pedagógicas.....	537
28. Métodos de alfabetização.....	542
29. Tendências pedagógicas: papel do professor, decroly, maria montessori, freinet, rosseau, vygotsky, piaget, paulo freire	543
30. Psicologia da educação	548
31. Psicologia da aprendizagem e do desenvolvimento	549

DIDÁTICA E LEGISLAÇÃO

EDUCAÇÃO, ESCOLA, PROFESSORES E COMUNIDADE

A **educação** é imprescindível para a formação do cidadão e, conseqüentemente, para a transformação da sociedade, sendo responsável por **multiplicar o conhecimento e desenvolver habilidades que favoreçam a atuação dos indivíduos em suas comunidades.**

Assim, podemos entender a educação como **instrumento transformador**, cuja principal função é permitir a renovação da sociedade, movimentando a estrutura social de forma contínua, bem como, promover a reflexão e encaminhar as tomadas de decisões para o futuro.

Nesse contexto, a escola é responsável por ensinar o aluno a **desenvolver e ampliar suas percepções de mundo** e conscientizá-lo a respeito de seus **direitos e deveres com a sociedade**, trabalhando para a formação de cidadãos atuantes, que contribuem com o bem estar de todos. Além disso, cabe à escola instruir o aluno na **construção de sua carreira profissional.**

Quando pensamos a cerca das concepções de escola e educação, precisamos considerar que a **escolas** são entendidas como **locais de transformação da sociedade**, trabalhando sobre o processo de conscientização da própria realidade do estudante, envolvendo temas relacionados à prática social, que se realiza nas experiências pessoais levadas pelos alunos à sala de aula.

No que se refere às concepções educacionais, estas envolvem três níveis. O primeiro nível é a **filosofia da educação** que busca explicitar suas finalidades e valores, expressando uma visão geral sobre o homem, o mundo e a sociedade. O segundo nível, da **teoria da educação**, sistematiza os conhecimentos disponíveis, permitindo a compreensão do papel da educação na sociedade. Com isso, a pedagogia, estabelece os métodos, processos e procedimentos utilizados no fazer educativo, com o propósito de garantir sua eficácia.

Por fim, o terceiro nível refere-se à **prática pedagógica** propriamente dita, ou seja, refere-se ao modo como é organizado e realizado o processo educativo.

É preciso considerar a existência das concepções educacionais formuladas com base nas escolas tradicionais, tecnicistas e escolanovistas, as chamadas **teorias acríticas** que consideram o descompromisso da escola com as transformações sociais, privilegiando a cultura da elite dominante e contribuindo com a imobilidade social e econômica.

Portanto, podemos entender a expressão “concepções educacionais” como as diferentes formas pelas quais a educação é compreendida, teorizada e praticada. Na história da educação, de modo geral, produziram-se diferentes concepções, que transitam entre a escola enquanto agente transformador da sociedade, responsável pela formação de cidadãos conscientes e atuantes dentro de suas comunidades e a escola descompromissada com

a transformação da sociedade, privilegiando a elite dominante e formando indivíduos conformados como realidade social para integrarem a massa trabalhadora.

PAPEL DA DIDÁTICA NA FORMAÇÃO DE EDUCADORES

O Papel da Didática na Formação dos Professores

Para iniciar, destaca-se o que se entende por educador. Para tanto, recorre-se a Luckesi, explicando que o educador é o profissional que se dedica à atividade de, intencionalmente, criar condições de desenvolvimento de condutas desejáveis, seja do ponto de vista do indivíduo, seja do ponto de vista do grupamento humano.

O autor caracteriza o professor como sendo aquele que passa por um processo formal de aquisição de conhecimentos e habilidades, garantidos por uma instituição oficial para o magistério, através de processos de aprendizagem estruturados¹.

Esse profissional, ao assumir o seu mister, terá de fazer opções teóricas, tais como: filosóficas-políticas, pela libertação; nortear a sua prática no sentido de criar modos de compreensão do mundo e adotar procedimentos metodológicos compatíveis com essas opções, realizando uma prática democrática, comprometida ideológica e efetivamente.

Luckesi, referindo-se à formação do educador, declarou que formar o educador, a meu ver, seria criar condições para que o sujeito se prepare filosófica, científica, técnica e afetivamente para o tipo de ação que vai exercer. Para tanto, serão necessárias não só aprendizagens cognitivas sobre os diversos campos de conhecimento que o auxiliem no desempenho do seu papel, mas, especialmente, o desenvolvimento de uma atitude, dialeticamente crítica, sobre o mundo e sua prática educacional.

O educador nunca estará definitivamente “pronto”, formado, pois que a sua preparação, a sua maturação se faz no dia a dia, na meditação teórica sobre a sua prática.

As novas Diretrizes Curriculares Nacionais – DCNs, para a formação inicial e continuada do professor da Educação Básica, promulgadas pelo Conselho Nacional de Educação – CNE, em 2015, coloca uma atenção especial na proposta de integração entre teoria e prática, trazendo recomendações de um desenho curricular para os cursos de licenciaturas, nos quais os professores sejam formados em condições de construir uma nova escola, visando a inserção de um aluno do século XXI.

O exercício da docência, na educação básica e no ensino superior, exigirá desse novo professor uma formação de base sólida de conhecimentos no campo específico e no campo pedagógico. No campo pedagógico, a Didática, que tem como objeto de estudo o ensino e aprendizagem, enquanto área da Pedagogia, arti-

1 LIMA VERDE, Eudócio Soares. *Didática e seu objeto de estudo*. Teresina: EDUFPI, 2019.

culada com outras disciplinas que se ocupam da educação como, Filosofia, Sociologia História, e Psicologia, dentre outras, contribuirá de forma significativa para a formação desse professor.

Professor: perfil e saberes docentes

Os filósofos gregos são considerados os primeiros professores do mundo. No Brasil, consideramos como primeiro professor o Padre José de Anchieta, que, após desembarcar no país, em de 1553, começou a ministrar aulas para os índios.

O professor é, antes de tudo, alguém que sabe alguma coisa e cuja função consiste em transmitir esse saber a outros. No entanto, as transformações advindas do processo de globalização e do quadro educacional, bem como as atuais exigências socioculturais suscitaram mudanças no perfil docente, passando esse a ser um mediador de conhecimentos e gestor de aprendizagens, apresentando novas atitudes e comportamentos perante a sociedade e à sua prática docente.

Os professores, embora trabalhem em grupos, devem atingir os indivíduos que os compõem porque são os indivíduos que aprendem. A disposição do professor para conhecer seus alunos como indivíduos deve estar impregnada de sensibilidade e de discernimento a fim de evitar as generalizações excessivas e de afogar a percepção que ele tem dos indivíduos em um agregado indistinto e pouco fértil para a adaptação de suas ações.

Assim, na atualidade, necessitamos de um professor que, não formado nessa perspectiva, busque se construir como intelectual, pesquisador de sua própria prática e do conteúdo que desenvolve, o que reitera a necessidade da formação continuada e em serviço, porque, o professor precisa mobilizar um vasto cabedal de saberes e habilidades, porque sua ação é orientada por diferentes objetivos: emocionais, sociais, cognitivos, coletivos.

O exercício da profissão ganha mais qualidade se o professor conhece bem o funcionamento do sistema escolar (as políticas educacionais, as diretrizes legais, as relações entre a escola e a sociedade, etc.) e das escolas (sua organização interna, as formas de gestão, o currículo, os métodos de ensino, o relacionamento professor-aluno, a participação da comunidade, etc.) e aprende a estabelecer relações entre essas duas instâncias.

Em suma, o professor ideal é alguém que deve conhecer sua matéria, sua disciplina e seu programa, além de possuir certos conhecimentos relativos às ciências da educação e à pedagogia, e desenvolver um saber prático baseado em sua experiência cotidiana com os alunos.

O exercício profissional do professor, no sentido de contribuir com o funcionamento da escola, compreende, ao menos, três atribuições: a docência, a atuação na organização e na gestão da escola, e a produção de conhecimento pedagógico.

A docência é uma profissão, sendo necessária uma formação própria, para cujo exercício não basta adquirir conteúdos específicos, mas que inclua conhecimentos específicos e pedagógicos, o que exige bem mais do que conhecimento de um conteúdo exclusivo. As atividades inerentes à docência envolvem relação professor/aluno, questões metodológicas, planejamento de aula, de curso, curricular, utilização de novas tecnologias no ensino, elaboração e implementação de instrumentos de avaliação, participação na elaboração do projeto pedagógico do curso, revisão curricular, articulação da disciplina com a totalidade do curso e com a realidade social e profissional, participação em processos avaliativos internos e externos, para citar apenas algumas ações em que a dimensão pedagógica está diretamente presente.

Então quais são os saberes que servem de base ao ofício de professor, ou melhor, quais são os conhecimentos, as competências e as habilidades, do saber fazer que o professor precisa mobilizar diariamente, na sala de aula, na escola, isto é, o seu fazer pedagógico, a fim de desenvolver a sua prática docente?

Define-se o saber docente como um saber plural, formado pelo amálgama, mais ou menos coerente, oriundos da:

a) formação profissional – conjunto de saberes, provenientes das ciências da educação – os saberes pedagógicos, transmitidos pelas instituições formadoras;

b) saberes disciplinares – saberes sociais de diversos campos do conhecimento definidos e selecionados pelas instituições universitárias;

c) saberes curriculares – correspondem aos discursos, objetivos, conteúdos e métodos apresentados pelas instituições escolares, em forma de programas, que os professores devem aprender e aplicar;

d) saberes experienciais – chamados saberes experienciais práticos, brotam do trabalho cotidiano e no conhecimento do seu meio. São incorporados à experiência individual e coletiva transformando-se em hábitos e de habilidades, de saber-fazer e saber - ser.

Qual a fonte dos saberes dos professores e como são integrados ao cotidiano da prática docente?

Ainda que se faça referência sobre os saberes desenvolvidos por professores do ensino superior, suas ideias podem ser perfeitamente aplicadas no contexto da educação básica, pois têm como fonte:

a) saberes pessoais dos professores, que têm como fonte a família, o ambiente de vida, a educação no sentido lato e são integrados ao trabalho docente pela história de vida de cada um;

b) saberes provenientes da formação escolar anterior, que têm as escolas primária e secundária e os estudos pós-secundários não especializados como fonte, e são integrados ao trabalho pela formação e socialização pré-profissionais;

c) saberes provenientes da formação profissional para o magistério, que têm como fonte os estabelecimentos de formação de professores, os estágios, os cursos de reciclagem; saberes provenientes dos programas e livros didáticos usados no trabalho, que advêm da utilização das ferramentas dos professores, programas, livros, cadernos de exercícios, fichas, etc., que são adaptadas às tarefas cotidianas;

d) saberes provenientes de sua própria experiência na profissão, na sala de aula e na escola, adquiridos e incorporados na prática do trabalho e pela socialização profissional.

O professor tem várias responsabilidades profissionais: conhecer bem a matéria, saber ensiná-la, ligar o ensino à realidade do aluno e a seu contexto social, ter uma prática de investigação sobre o seu próprio trabalho.

No tocante à organização da educação nacional, os docentes estão incumbidos das seguintes atribuições, conforme estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Art. 13. BRASIL, 1996):

Participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

Elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS: SITUAÇÃO COMUNICATIVA, PRESSUPOSIÇÃO, INFERÊNCIA, AMBIGUIDADE, IRONIA, FIGURATIVIZAÇÃO, POLISSEMIA, INTERTEXTUALIDADE, LINGUAGEM NÃO-VERBAL

SITUAÇÃO COMUNICATIVA

A situação comunicativa é o contexto em que ocorre a interação entre os participantes de um ato comunicativo. Ela compreende os elementos fundamentais da comunicação e é crucial para a interpretação adequada de um texto ou enunciado, seja ele verbal ou não verbal.

Entender a situação comunicativa permite ao leitor identificar as intenções do emissor, a natureza da mensagem, e os fatores que influenciam a recepção pelo destinatário.

► Elementos da Situação Comunicativa

▪ **Emissor:** Aquele que produz e envia a mensagem. Pode ser uma pessoa, instituição ou grupo.

▪ **Exemplo:** Um professor explicando um conceito para seus alunos.

▪ **Receptor:** Quem recebe a mensagem e a interpreta. Pode ser individual ou coletivo.

▪ **Exemplo:** Os alunos que escutam a explicação do professor.

▪ **Mensagem:** O conteúdo transmitido pelo emissor ao receptor.

▪ **Exemplo:** As palavras ou conceitos usados pelo professor na explicação.

▪ **Canal:** O meio pelo qual a mensagem é transmitida. Pode ser oral, escrito, visual ou eletrônico.

▪ **Exemplo:** A fala do professor (oral) ou os slides utilizados na aula (visual).

▪ **Código:** O sistema de sinais compartilhado entre emissor e receptor. Na maioria dos casos, é a língua, mas pode incluir imagens, sons ou gestos.

▪ **Exemplo:** O idioma português usado na explicação.

▪ **Contexto:** O conjunto de circunstâncias que envolve a comunicação, incluindo fatores culturais, sociais, históricos e físicos.

▪ **Exemplo:** A aula em um ambiente escolar, com um tema específico de estudo.

► Importância da Situação Comunicativa

A análise da situação comunicativa é fundamental para compreender as intenções por trás de um texto ou enunciado. Sem considerar o contexto, há o risco de interpretações equivocadas.

Em uma prova, por exemplo, uma questão pode exigir que o candidato interprete um texto considerando as condições em que foi produzido, o público-alvo e o objetivo.

Exemplo prático:

Imagine a seguinte mensagem escrita em uma placa:
“Proibido estacionar das 8h às 18h.”

Para interpretar corretamente, é necessário considerar o contexto da situação comunicativa: trata-se de uma norma reguladora do espaço urbano, destinada a motoristas, que estabelece limites específicos de tempo.

Exemplos de Situações Comunicativas

▪ **Diálogo informal:** Uma conversa entre amigos onde o contexto é mais descontraído, e o código usado pode incluir gírias ou expressões regionais.

▪ **Mensagem:** “Vamos ao cinema hoje?”

▪ **Canal:** Fala direta ou mensagem de texto.

▪ **Texto publicitário:** Uma propaganda com o objetivo de persuadir o consumidor a adquirir um produto.

▪ **Mensagem:** “Aproveite a promoção imperdível desta semana!”

▪ **Canal:** Anúncio visual em redes sociais.

▪ **Documento oficial:** Uma circular enviada por uma empresa para seus colaboradores.

▪ **Mensagem:** “Informamos que haverá uma reunião às 14h na sala 3.”

▪ **Canal:** E-mail corporativo.

► Análise em Concursos Públicos

Em provas, questões sobre situação comunicativa geralmente pedem que o candidato identifique os elementos da comunicação em um texto, analise o contexto de produção ou interprete as intenções do emissor. Para isso, é importante:

▪ **Identificar o objetivo do texto:** Informar, persuadir, instruir, entre outros.

▪ **Reconhecer o público-alvo:** Determina a forma como a mensagem é construída.

▪ **Analisar o contexto cultural e social:** Esses fatores moldam a escolha do código e do tom do enunciado.

A situação comunicativa é um conceito amplo, mas central para a análise textual e a compreensão de mensagens. Ao identificar e compreender seus elementos, o leitor pode interpretar textos com maior precisão, seja no cotidiano ou em situações acadêmicas e profissionais.

Esta habilidade é especialmente valorizada em provas de concursos públicos, onde a capacidade de análise contextual é frequentemente testada.

PRESSUPOSIÇÃO E INFERÊNCIA

A pressuposição e a inferência são elementos fundamentais no processo de compreensão textual. Ambas lidam com informações implícitas, mas possuem características distintas. Esses conceitos aparecem frequentemente em provas de concursos públicos, especialmente em questões que exigem a análise do sentido profundo de um texto.

Dominar essas habilidades é essencial para interpretar mensagens de maneira eficaz e precisa.

► Pressuposição

A pressuposição refere-se às informações subentendidas em um enunciado, mas que são consideradas verdadeiras para que a mensagem faça sentido. Trata-se de elementos implícitos que não são afirmados diretamente, mas que o emissor assume que o receptor já conhece ou aceita.

Características da Pressuposição:

- É subentendida, mas fundamental para a compreensão do enunciado.
- Geralmente, permanece verdadeira mesmo que a frase seja negada.

Exemplos:

“Ana parou de fumar.”

- **Pressuposição:** Ana fumava antes.

Se a frase for negada (“Ana não parou de fumar”), a pressuposição ainda se mantém.

“O evento será transferido para outro local.”

- **Pressuposição:** Já havia um local previamente definido para o evento.

Uso em Concursos:

Em questões de interpretação textual, a pressuposição costuma ser abordada para testar a capacidade do candidato de identificar informações implícitas no texto.

Questão modelo:

Leia a frase: “João voltou para casa.”

O que se pode pressupor?

- (A) João nunca saiu de casa.
- (B) João estava em casa anteriormente.

- **Resposta correta:** (B) João estava em casa anteriormente.

► Inferência

A inferência consiste na construção de significados que vão além do que está explicitamente dito no texto. Diferentemente da pressuposição, a inferência é uma conclusão lógica que o leitor ou ouvinte faz com base nas informações fornecidas pelo enunciado.

Características da Inferência:

- É uma dedução que depende do contexto e do conhecimento prévio do leitor.
- Pode variar de acordo com a interpretação individual.

Exemplos:

“Joana saiu de casa levando um guarda-chuva.”

▪ **Inferência:** Provavelmente, Joana espera que vá chover.

“Pedro não foi trabalhar porque estava doente.”

▪ **Inferência:** Pedro está impossibilitado de trabalhar devido à doença.

Uso em Concursos:

A inferência é frequentemente testada em questões que exigem a habilidade de deduzir informações que não estão explícitas, mas que podem ser inferidas a partir do contexto.

Questão modelo:

Leia a frase: “O cachorro latiu alto quando o carteiro chegou.”

O que se pode inferir?

- (A) O cachorro conhece o carteiro.
- (B) O latido foi causado pela presença do carteiro.

- **Resposta correta:** (B) O latido foi causado pela presença do carteiro.

NOÇÕES DE SISTEMA OPERACIONAL: FUNDAMENTOS E OPERAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DE INFORMAÇÕES, ARQUIVOS, PASTAS E PROGRAMAS

O sistema operacional (SO) é um software essencial que atua como intermediário entre o hardware do computador e os programas executados pelos usuários. Sua principal função é gerenciar os recursos do sistema, garantindo que esses elementos sejam utilizados de maneira eficiente, segura e organizada. Além disso, o sistema operacional oferece uma interface que facilita a interação entre o usuário e a máquina. Dentre as funções de um Sistema Operacional estão:

Gerenciamento de Processos

O SO controla a execução de processos (programas em execução), realizando a alocação adequada dos recursos e coordenando a execução simultânea de múltiplos processos, o que permite a multitarefa. Para isso, utiliza algoritmos de escalonamento que definem a ordem e o tempo de uso do processador por cada processo. Entre os principais algoritmos, destacam-se:

- **First-Come, First-Served (FCFS):** atende os processos por ordem de chegada.
- **Round Robin:** distribui o tempo de CPU igualmente entre os processos.
- **Escalonamento por Prioridade:** seleciona processos com base em níveis de prioridade.

Esses mecanismos evitam que processos fiquem bloqueados indefinidamente e otimizam o desempenho do sistema.

Gerenciamento de Memória

O SO é responsável por controlar o uso da memória principal (RAM), assegurando que cada programa receba o espaço necessário sem conflitos. Além da alocação física, o sistema pode utilizar memória virtual, que simula memória adicional usando parte do disco rígido. Essa técnica permite que múltiplos programas sejam executados mesmo em sistemas com pouca RAM. Duas abordagens comuns na memória virtual são:

- **Paginação:** divide a memória em blocos de tamanho fixo (páginas).
- **Segmentação:** organiza a memória com base nas estruturas lógicas dos programas.

Gerenciamento de Dispositivos de Entrada e Saída

O sistema operacional controla o acesso e a comunicação entre os programas e os periféricos do computador, como teclados, mouses, impressoras e discos rígidos. Um exemplo importante é o spooler de impressão, que armazena temporariamente

os trabalhos de impressão em uma fila, permitindo que sejam processados de forma ordenada e sem conflitos, mesmo quando múltiplos usuários enviam documentos simultaneamente.

Gerenciamento de Arquivos

O SO organiza os dados armazenados em dispositivos como discos rígidos e unidades externas. Ele permite criar, acessar, modificar e excluir arquivos e diretórios de maneira eficiente. Para isso, utiliza sistemas de arquivos que definem como os dados são estruturados no armazenamento. Alguns formatos comuns de sistemas de arquivos incluem:

- **FAT32:** amplamente compatível, mas limitado no tamanho máximo de arquivos.
- **NTFS:** padrão do Windows, oferece recursos como permissões, compressão e criptografia.
- **EXT4:** utilizado em sistemas Linux, oferece alta confiabilidade e desempenho.

Além disso, o sistema operacional fornece interfaces que permitem ao usuário organizar arquivos em pastas e subpastas, renomear, copiar, mover ou excluir itens. Também é possível instalar e gerenciar programas, acessando-os por meio de menus, atalhos ou ferramentas de pesquisa.

Segurança e Proteção

O sistema operacional implementa mecanismos de segurança para proteger os dados e recursos contra acessos não autorizados e falhas. Isso inclui:

- Autenticação de usuários (por senha, biometria etc.);
- Controle de permissões de acesso a arquivos e programas;
- Isolamento entre processos, evitando que ações maliciosas prejudiquem o sistema como um todo.

Exemplos de Sistemas Operacionais

Diversos sistemas operacionais são utilizados em diferentes plataformas. Entre os principais, destacam-se:

- **Windows:** Desenvolvido pela Microsoft, é um dos mais populares em computadores pessoais e corporativos.
- **macOS:** Sistema da Apple, exclusivo para os computadores da linha Mac.
- **Linux:** Sistema de código aberto, altamente personalizável, muito usado em servidores, computadores pessoais e sistemas embarcados.
- **Android:** Sistema operacional móvel baseado em Linux, utilizado em grande parte dos smartphones e tablets no mercado.
- **iOS:** Desenvolvido pela Apple, é o sistema dos dispositivos móveis como iPhones e iPads.

ARQUITETURA DE COMPUTADORES. DISPOSITIVOS DE ENTRADA E SAÍDA: CONCEITOS, TIPOS, FUNCIONAMENTO, INSTALAÇÃO

HARDWARE

O hardware são as partes físicas de um computador. Isso inclui a Unidade Central de Processamento (CPU), unidades de armazenamento, placas mãe, placas de vídeo, memória, etc.. Outras partes extras chamados componentes ou dispositivos periféricos incluem o mouse, impressoras, modems, scanners, câmeras, etc.

Para que todos esses componentes sejam usados apropriadamente dentro de um computador, é necessário que a funcionalidade de cada um dos componentes seja traduzida para algo prático. Surge então a função do sistema operacional, que faz o intermédio desses componentes até sua função final, como, por exemplo, processar os cálculos na CPU que resultam em uma imagem no monitor, processar os sons de um arquivo MP3 e mandar para a placa de som do seu computador, etc. Dentro do sistema operacional você ainda terá os programas, que dão funcionalidades diferentes ao computador.

— Gabinete

Também conhecido como torre ou caixa, é a estrutura que abriga os componentes principais de um computador, como a placa-mãe, processador, memória RAM, e outros dispositivos internos. Serve para proteger e organizar esses componentes, além de facilitar a ventilação.



Gabinete

— Processador ou CPU (Unidade de Processamento Central)

É o cérebro de um computador. É a base sobre a qual é construída a estrutura de um computador. Uma CPU funciona, basicamente, como uma calculadora. Os programas enviam cálculos para o CPU, que tem um sistema próprio de “fila” para fazer os cálculos mais importantes primeiro, e separar também os cálculos entre os núcleos de um computador. O resultado desses cálculos é traduzido em uma ação concreta, como por exemplo, aplicar uma edição em uma imagem, escrever um texto e as le-

tras aparecerem no monitor do PC, etc. A velocidade de um processador está relacionada à velocidade com que a CPU é capaz de fazer os cálculos.



CPU

— Cooler

Quando cada parte de um computador realiza uma tarefa, elas usam eletricidade. Essa eletricidade usada tem como uma consequência a geração de calor, que deve ser dissipado para que o computador continue funcionando sem problemas e sem engasgos no desempenho. Os coolers e ventoinhas são responsáveis por promover uma circulação de ar dentro da case do CPU. Essa circulação de ar provoca uma troca de temperatura entre o processador e o ar que ali está passando. Essa troca de temperatura provoca o resfriamento dos componentes do computador, mantendo seu funcionamento intacto e prolongando a vida útil das peças.



Cooler

— Placa-mãe

Se o CPU é o cérebro de um computador, a placa-mãe é o esqueleto. A placa mãe é responsável por organizar a distribuição dos cálculos para o CPU, conectando todos os outros componentes externos e internos ao processador. Ela também é responsável por enviar os resultados dos cálculos para seus devidos destinos. Uma placa mãe pode ser on-board, ou seja, com componentes como placas de som e placas de vídeo fazendo parte da própria placa mãe, ou off-board, com todos os componentes sendo conectados a ela.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL

A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Breve Introdução

Podemos considerar o Direito Administrativo como um ramo autônomo do Direito que se encontra dependente de um acoplado de regras e princípios próprios. Todavia, ainda não existe uma norma codificada, não havendo, desta forma, um Código de Direito Administrativo.

Por esta razão, as regras que regem a atuação da Administração Pública em sua relação com os administrados, seus agentes públicos, organização interna e na prestação de seus serviços públicos, encontram-se esparsas no ordenamento jurídico pátrio, onde a principal fonte normativa é a Constituição Federal.

O regime jurídico brasileiro possui dois princípios justificadores das prerrogativas e restrições da Administração, sendo eles, o princípio da Supremacia do Interesse Público e o princípio da Indisponibilidade do Interesse Público.

Sobre o tema em estudo, a jurista Maria Sylvania Zanella Di Pietro ensina que há diferenças relevantes entre o regime jurídico da Administração Pública e o regime jurídico administrativo.

Vejam os:

REGIME JURÍDICO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO
– É um regime mais abrangente – Consiste nas regras e princípios de direito público e privado por meio dos quais, a Administração Pública pode se submeter em sua atuação	– É um regime reservado para as relações jurídicas incidentes nas normas de direito público – O ente público assume uma posição privilegiada em relação ao particular

Princípios de Direito Administrativo

Os princípios de direito administrativo são regras que direcionam os atos da Administração Pública. Os princípios podem vir expressos na Constituição Federal, bem como também podem ser implícitos, ou seja, não estão listados na Constituição, porém, possuem a mesma forma normativa.

O artigo 37, *caput* da Constituição Federal de 1.988, predispõe acerca dos princípios administrativos dispondo que a Administração Pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Entretanto, é importante ressaltar que o rol de princípios constitucionais do Direito Administrativo não se exaure no art. 37, *caput* da CFB/988, sendo estes, os já mencionados princípios implícitos.

Princípios Expressos

São os seguintes: Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.

Vejam os em apartado, cada um deles:

Legalidade

Por meio do princípio da legalidade, a Administração Pública só pode atuar conforme a lei, tendo em vista que todas as suas atividades se encontram subordinadas à legislação.

Ressalta-se que de modo diverso da Legalidade na seara civil, onde o que não está proibido está permitido, nos termos do art.5º, II, CFB/88, na Legalidade Administrativa, o administrado poderá atuar somente com prévia autorização legal, haja vista que não havendo autorização legal, não poderá a Administração agir.

Desse modo, a Administração Pública só pode praticar condutas que são autorizadas por lei. Todavia, caso aja fora dos parâmetros legais, é necessário que o ato administrativo seja anulado.

Além disso, é dever da Administração rever seus próprios atos, e tal incumbência possui amparo no Princípio da autotutela. Desse modo, a revisão dos atos que pratica, não depende de autorização ou de controle externo, tendo em vista que a própria Administração poderá fazê-lo por meio de revogação ou anulação. Vejam os:

a) Revogação: trata-se de vício de mérito por conveniência e oportunidade e alcança apenas os atos discricionários.

b) Anulação: trata-se de vício de legalidade e alcança todos os atos, sendo estes vinculados ou discricionários.

Sobre o assunto, determina a Súmula 473 do STF:

– **Súmula 473- STF** - “A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.”

Assim sendo, destaca-se que o Poder Judiciário só possui o condão de intervir em possíveis vícios de legalidade, mas não de mérito. Além disso, não existe na legislação administrativa, prazo para a revogação de atos. Todavia, de acordo com o art. 54 da Lei nº 9784/99, o direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que

foram praticados, salvo comprovada má-fé. Entretanto, caso o ato nulo tenha sido praticado mediante o uso de má-fé, não haverá prazo para sua anulação.

Impessoalidade

Por meio da impessoalidade, deverá a Administração Pública agir objetivamente em favor da coletividade.

Salienta-se que os atos de pessoalidade são vedados, pois, o exercício da atividade administrativa é atribuição da Administração, haja vista a ela serem atribuídas todas as condutas dos agentes públicos.

São importantes aspectos do Princípio da Impessoalidade:

a) Não Discriminação: não importa a pessoa que o ato administrativo irá alcançar, pois, a atuação do Estado deve ser de forma impessoal com a fixação de critérios objetivos.

b) Agente Público: o Estado age em nome do agente. Assim, não poderão constar nas publicidades os nomes de administradores ou gestores, sendo que as propagandas devem ser informativas e educativas, pois, o ato estará sendo praticado pela Administração Pública. Tal entendimento possui liame com a Teoria da Imputação Volitiva, por meio da qual, a vontade do agente público é imputada ao Estado.

– **OBS. Importante:** De acordo com a jurista Maria Sylvia Zanella di Pietro, o princípio da impessoalidade é fundamento para fins de reconhecimento de validade dos atos praticados por “funcionário de fato”, que se trata daquele que não foi investido no cargo ou função pública de modo regular, tendo em vista que a conduta desse agente, que se encontra laborando de modo irregular na Administração Pública, é atribuída à pessoa jurídica na qual ele está inserido e, por esse motivo, tal vício será convalidado/corrigido.

Moralidade

Além da necessidade de as atividades da Administração estarem de acordo com a lei, é preciso que tais atuações sejam conduzidas com lealdade, ética e probidade, sendo que nesse caso, estará a moralidade se preocupando com a moralidade jurídica, e não a social.

A moralidade jurídica é concretizada através de mecanismos que o Estado cria para fiscalizar de modo mais eficaz as atividades de seus servidores. São exemplos: a Lei de Improbidade Administrativa e a Lei de Ação Popular.

Ressalta-se que antes da edição da Súmula Vinculante nº13 do STF, o nepotismo, que se trata da nomeação de parente para ocupar cargo de confiança, já havia sofrido reprimenda da Resolução nº 7 do CNJ – Conselho Nacional de Justiça.

Vejam os que determina a Súmula Vinculante nº 13 do STF:

– **Súmula Vinculante 13 STF:** *“A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal”.*

Sabendo-se que a prática do nepotismo é Contrária à moralidade, impessoalidade e eficiência administrativas, tal prática foi recentemente condenada pela Súmula que reforça o caráter imoral e ilegítimo da nomeação de parentes para cargos em comissão, incluindo nesses casos, a modalidade cruzada ou transversa. Como exemplo, podemos citar o parente de Marcela que foi nomeado no gabinete de João em troca da nomeação de um parente de João no gabinete de Marcela.

Todavia, a edição da Súmula Vinculante 13 do STF, teve seu impacto positivo enfraquecido por causa de duas ocorrências, sendo elas as seguintes:

a) Ao fazer referência explícita a parentes colaterais até o terceiro grau, a Súmula Vinculante acabou por legitimar a nomeação de primos; e

b) Foi afirmado pelo próprio STF que a proibição não se estende a agentes políticos do Poder Executivo, tais como os ministros de Estado e secretários estaduais, distritais e municipais, pois, no entendimento do STF, a súmula se aplica apenas a cargos comissionados.

Publicidade

É necessário que haja transparência no exercício das atividades exercidas pela Administração Pública. Via regra geral, os atos da Administração devem ser públicos. Contudo, há algumas exceções, como determinados interesses sociais, bem como as situações de foro íntimo.

Para que haja eficácia, é preciso que haja a publicidade dos atos administrativos, pois, com isso, haverá também, melhor controle das atividades administrativas pela própria sociedade.

Constitui exceção ao princípio da publicidade, o artigo 2º, Parágrafo Único, V da Lei nº 9784/99 que determina que a Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência, sendo que nos processos administrativos serão observados, entre outros, os critérios de divulgação oficial dos atos administrativos, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas na Constituição.

Ademais, o artigo 5º, XXXIII da CFB/88 e o artigo 5º, X também da CFB, defendem que tais atos com caráter “sigiloso” devem ser compreendidos como exceções à regra geral do Princípio da Publicidade.

Vale ressaltar que de acordo com o artigo 5º, LXXII da CFB/88 e a Lei nº 9507/97, um dos principais remédios constitucionais que prevê a garantia do acesso às informações sobre a pessoa do impetrante, é o Habeas Data.

Por fim, é importante mencionar que a Súmula nº 6 do STF estabelece *“desde que devidamente motivada e com amparo em investigação ou sindicância, é permitida a instauração de processo administrativo disciplinar com base em denúncia anônima, em face do poder-dever de autotutela imposto à Administração”.* Logo, percebe-se que a intenção da Suprema Corte ao elaborar esta Súmula, foi a de preservar a intimidade.

Eficiência

O princípio da eficiência foi introduzido pela EC nº19/98, pois, antes, ele era considerado como princípio infraconstitucional.

Nesse sentido, deverá ser a atuação da Administração Pública pautada nos seguintes critérios:

RACIOCÍNIO LÓGICO. SEQUÊNCIA LÓGICA

LÓGICA PROPOSICIONAL

Uma proposição é um conjunto de palavras ou símbolos que expressa um pensamento ou uma ideia completa, transmitindo um juízo sobre algo. Uma proposição afirma fatos ou ideias que podemos classificar como verdadeiros ou falsos. Esse é o ponto central do estudo lógico, onde analisamos e manipulamos proposições para extrair conclusões.

Valores Lógicos

Os valores lógicos possíveis para uma proposição são:

- **Verdadeiro (V)**, caso a proposição seja verdadeira.
- **Falso (F)**, caso a proposição seja falsa.

Os valores lógicos seguem três axiomas fundamentais:

- **Princípio da Identidade:** uma proposição é idêntica a si mesma. Em termos simples: $p \equiv p$
Exemplo: “Hoje é segunda-feira” é a mesma proposição em qualquer contexto lógico.
- **Princípio da Não Contradição:** uma proposição não pode ser verdadeira e falsa ao mesmo tempo.
Exemplo: “O céu é azul e não azul” é uma contradição.
- **Princípio do Terceiro Excluído:** toda proposição é ou verdadeira ou falsa, não existindo um terceiro caso possível. Ou seja: “Toda proposição tem um, e somente um, dos valores lógicos: V ou F.”
Exemplo: “Está chovendo ou não está chovendo” é sempre verdadeiro, sem meio-termo.

Classificação das Proposições

Para entender melhor as proposições, é útil classificá-las em dois tipos principais:

• Sentenças Abertas

São sentenças para as quais não se pode atribuir um valor lógico verdadeiro ou falso, pois elas não exprimem um fato completo ou específico. São exemplos de sentenças abertas:

- Frases interrogativas: “Quando será a prova?”
- Frases exclamativas: “Que maravilhoso!”
- Frases imperativas: “Desligue a televisão.”
- Frases sem sentido lógico: “Esta frase é falsa.”

• Sentenças Fechadas

Quando a proposição admite um único valor lógico, verdadeiro ou falso, ela é chamada de sentença fechada. Exemplos:

- Sentença fechada e verdadeira: “ $2 + 2 = 4$ ”
- Sentença fechada e falsa: “O Brasil é uma ilha”

Proposições Simples e Compostas

As proposições podem ainda ser classificadas em simples e compostas, dependendo da estrutura e do número de ideias que expressam:

• Proposições Simples (ou Atômicas)

São proposições que não contêm outras proposições como parte integrante de si mesmas. São representadas por letras minúsculas, como p , q , r , etc.

Exemplos:

- p : “João é engenheiro.”
- q : “Maria é professora.”

• Proposições Compostas (ou Moleculares)

Formadas pela combinação de duas ou mais proposições simples. São representadas por letras maiúsculas, como P , Q , R , etc., e usam conectivos lógicos para relacionar as proposições simples.

Exemplo:

- P : “João é engenheiro e Maria é professora.”

Classificação de Frases

Ao classificarmos frases pela possibilidade de atribuir-lhes um valor lógico (verdadeiro ou falso), conseguimos distinguir entre aquelas que podem ser usadas em raciocínios lógicos e as que não podem. Vamos ver alguns exemplos e suas classificações.

“O céu é azul.” – Proposição lógica (podemos dizer se é verdadeiro ou falso).

“Quantos anos você tem?” – Sentença aberta (é uma pergunta, sem valor lógico).

“João é alto.” – Proposição lógica (podemos afirmar ou negar).

“Seja bem-vindo!” – Não é proposição lógica (é uma saudação, sem valor lógico).

“ $2 + 2 = 4$.” – Sentença fechada (podemos atribuir valor lógico, é uma afirmação objetiva).

“Ele é muito bom.” – Sentença aberta (não se sabe quem é “ele” e o que significa “bom”).

“Choveu ontem.” – Proposição lógica (podemos dizer se é verdadeiro ou falso).

“Esta frase é falsa.” – Não é proposição lógica (é um paradoxo, sem valor lógico).

“Abra a janela, por favor.” – Não é proposição lógica (é uma instrução, sem valor lógico).

“O número x é maior que 10.” – Sentença aberta (não se sabe o valor de x)

Agora veremos um exemplo retirado de uma prova:

1. (CESPE/UNB) Na lista de frases apresentadas a seguir:
 - “A frase dentro destas aspas é uma mentira.”
 - A expressão $x + y$ é positiva.

- O valor de $\sqrt{4 + 3} = 7$.
- Pelé marcou dez gols para a seleção brasileira.
- O que é isto?

Há exatamente:

- (A) uma proposição;
- (B) duas proposições;
- (C) três proposições;
- (D) quatro proposições;
- (E) todas são proposições.

Resolução:

Analisemos cada alternativa:

- (A) A frase é um paradoxo, então não podemos dizer se é verdadeira ou falsa. Não é uma proposição lógica.
- (B) Não sabemos os valores de x e y, então não podemos dizer se é verdadeira ou falsa. É uma sentença aberta e não é uma proposição lógica.
- (C) Podemos verificar se é verdadeira ou falsa. É uma proposição lógica.
- (D) Podemos verificar se é verdadeira ou falsa, independente do número exato. É uma proposição lógica.
- (E) É uma pergunta, então não podemos dizer se é verdadeira ou falsa. Não é uma proposição lógica.

Resposta: B.

Conectivos Lógicos

Para formar proposições compostas a partir de proposições simples, utilizamos conectivos lógicos. Esses conectivos estabelecem relações entre as proposições, criando novas sentenças com significados mais complexos. São eles:

Operação	Conectivo	Estrutura Lógica	Exemplos		
			p	q	Resultado
Negação	\sim ou $-$	Não p	"Hoje é domingo"	-	$\sim p$: "Hoje não é domingo"
Conjunção	\wedge	p e q	"Estudei"	"Passei na prova"	$p \wedge q$: "Estudei e passei na prova"
Disjunção Inclusiva	\vee	p ou q	"Vou ao cinema"	"Vou ao teatro"	$p \vee q$: "Vou ao cinema ou vou ao teatro"
Disjunção Exclusiva	\oplus	Ou p ou q	"Ganhei na loteria"	"Recebi uma herança"	$p \oplus q$: "Ou ganhei na loteria ou recebi uma herança"
Condicional	\rightarrow	Se p então q	"Está chovendo"	"Levarei o guarda-chuva"	$p \rightarrow q$: "Se está chovendo, então levarei o guarda-chuva"
Bicondicional	\leftrightarrow	p se e somente se q	"O número é par"	"O número é divisível por 2"	$p \leftrightarrow q$: "O número é par se e somente se é divisível por 2"

Exemplo:

2. (VUNESP) Os conectivos ou operadores lógicos são palavras (da linguagem comum) ou símbolos (da linguagem formal) utilizados para conectar proposições de acordo com regras formais preestabelecidas. Assinale a alternativa que apresenta exemplos de conjunção, negação e implicação, respectivamente.

- (A) $\sim p$, $p \vee q$, $p \wedge q$
- (B) $p \wedge q$, $\sim p$, $p \rightarrow q$
- (C) $p \rightarrow q$, $p \vee q$, $\sim p$
- (D) $p \vee p$, $p \rightarrow q$, $\sim q$
- (E) $p \vee q$, $\sim q$, $p \vee q$

Resolução:

Precisamos identificar cada conectivo solicitado na ordem correta. A conjunção é o conectivo \wedge , como em $p \wedge q$. A negação é representada pelo símbolo \sim , como em $\sim p$. A implicação é representada pelo símbolo \rightarrow , como em $p \rightarrow q$.

Resposta: B.

CONHECIMENTOS SOBRE O MUNICÍPIO

HISTÓRIA DE ITAITINGA ASPECTOS GEOGRÁFICOS E MUNICÍPIOS CIRCUNVIZINHOS. EMANCIPAÇÃO E FUNDAÇÃO DA CIDADE. PROMULGAÇÃO DA LEI ORGÂNICA DA CIDADE. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. DATAS SIGNIFICATIVAS E COMEMORATIVAS DO MUNICÍPIO. FATORES ECONÔMICOS DA CIDADE. DEMAIS ASPECTOS GERAIS A RESPEITO DO MUNICÍPIO DE ITAITINGA

Itaitinga é um município brasileiro do estado do Ceará, pertencente a Região Metropolitana de Fortaleza, sendo contígua à capital cearense. A cidade desenvolveu-se às margens da BR 116, no nordeste do Brasil. A toponímia Itaitinga é uma aglutinação de prefixos provenientes do Tupi Guarani: Itá = Pedra + y = rio + tinga = branco, Riacho das Pedras Brancas..

Está localizada às margens da BR 116, a uma altitude média de 67 m, 151,633 km² de área e 38.933 habitantes. É a 50ª cidade mais populosa do estado do Ceará e a 941ª mais populosa do Brasil.

História

As terras as margens do rio Coaçu eram habitadas por etnias indígenas, tais como os Pitaguay e Jenipapos-canindés.

Um distrito criado com a denominação de Cajazeiras, por ato estadual de 07/07/1917, subordinado município de União. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o distrito de Cajazeiras permanece no município de Pacatuba.

As terras ao redor de Gereraú (um distrito às margens da antiga estrada Messejana-Pacatuba ou Estrada Itaitinga-Carapió) tiveram a sua história mudada com a construção da BR 116 nos anos 30 do Século XX.

Assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31/12/1936 e 31/12/1937. Pelo decreto estadual nº 448, de 20/12/1938, o distrito de Cajazeiras passou a denominar-se Pedreiras. No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o distrito Pedreiras ex-Cajazeiras, figura no município de Pacatuba. Pelo Decreto-lei Estadual nº 1114, de 30/12/1943, o distrito de Pedreiras passou a denominar-se Itapó.

O Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), agora Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) estruturou ao lado leste da serra local residência para os engenheiros da obra, e uma pedreira para a retirada de brita, que serviria para os alicerces da estrada.

Nos anos 60 e anos 70 do século XX, a antiga Estrada Itaitinga-Carapió, atual Rodovia Edson Queiroz (CE-350) que liga Itaitinga a Pacatuba (Ceará), teve boa parte do seu percurso inundado pelas águas dos açudes que abasteceriam Fortaleza, como: Açude Gavião e Açude Pacoti/Riachão.

Em divisão territorial datada de 01/07/1960, o distrito de Itapó figura no município de Pacatuba. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 17/01/1991.

Das tribos indígenas, da residência do DNER, do extrativismo, da construção dos Açude Gavião e Açude Pacoti/Riachão surgiu Itaitinga que foi elevada a categoria de cidade pela Lei Estadual nº 11927 de 27 de março de 1992 (assinada pelo Governador Ciro Gomes), com território desmembrado de Pacatuba. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005.

Cultura

Os principais eventos culturais:

- Carnaval;
- Festejos de São José - Padroeiro do Estado em 19 de março;
- Aniversário do Município em 27 de março;
- Festejos de Santo Antônio e a Festa do Pau da Bandeira - 1ª à 13 de junho;
- Desfile Cívico das Escolas pelas ruas em setembro.

Demais aspectos gerais a respeito do Município de Itaitinga

A economia local é baseada na mineração, na extração de rochas ornamentais, brita, placas para fachadas e usos diversos na construção civil; a extração de areia e argila (utilizada na fabricação de telhas, tijolos), bem como extração de rocha calcária.

No comércio varejista há supermercados, farmácias, depósitos de construção, lojas de roupas, boutiques, frigoríficos, lojas de móveis e eletrodomésticos e eletrônicos, mercadinhos, mercearias, padarias, lojas de variedades, lanchonetes e restaurantes.

Nos serviços há salões de beleza, locadoras, oficinas mecânicas, academias, borracharias, técnicos em eletrônicos, vendedores ambulantes, costureiras e botecos.

Na agricultura destacam-se as culturas de subsistência de feijão, milho, mandioca e algodão. Na pecuária: bovino, suíno e avícola.

O extrativismo vegetal também é fonte de renda e destaca-se no fabricação de carvão, extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas.

Geografia

Clima

Tropical quente sub-úmido com pluviometria média de 1.416,4 mm com chuvas concentradas de janeiro à junho.

Hidrografia

As principais fontes de água fazem parte da bacia dos rios Cocó e Pacoti, sendo elas os riachos Coaçu, Riachão, Riachuí, Traiara, Itapeba, Água Fria, Mata Fresca, Guaiuba. Existem ainda diversos lagoas, tais como Carápio, Lagoa de Dentro, Caracanga, Cajueiro, Gereraú, Taveira, Tamboatá e Lagoa do Centro.

Boa parte das terras de Itaitinga são inundadas pelas águas dos açudes Gavião e Pacoti/Riachão.

Relevo

As terras de Itaitinga são formadas por tabuleiros pré-litorâneos: são descritos como feições geomorfológicas e ambientais não deformadas. Esta unidade apresenta a mais típica superfície de agradação do território cearense; superfícies sertanejas e maciços residuais: formam uma vertente íngreme.

As principais elevações possuem altitudes inferiores a 200 metros acima do nível do mar. Os solos da região são Podzólicos Vermelho-Amarelos: são solos minerais, não hidromórficos, com horizontes B textural, de cor vermelho-amarelada e distinta diferenciação entre os horizontes no tocante a cor, estrutura e textura, principalmente. São solos bastante susceptíveis à erosão, sobretudo quando há maior diferença de textura do A para o B, presença de cascalhos e relevo mais movimentado com fortes declividades.

Destaque para a Serra de Itaitinga vista de vários pontos da cidade, tem aproximadamente 227m, sendo o ponto mais alto.

Bioma

A vegetação predominante é Caatinga. As plantas deste bioma são xerófilas, ou seja, adaptadas ao clima seco e à pouca quantidade de água. Algumas armazenam água, outras possuem raízes superficiais para captar o máximo de água das chuvas. E há as que contam com recursos para diminuir a transpiração, como espinhos e poucas folhas.

A vegetação é formada por três estratos: o arbóreo, com árvores de 8 a 12m de altura; o arbustivo, com vegetação de 2 a 5m; e o herbáceo, abaixo de 2m. Entre as espécies mais comuns estão a amburana, o umbuzeiro e o mandacaru. Algumas dessas plantas podem produzir cera, fibra, óleo vegetal e, principalmente, frutas.

Ainda fazem parte da vegetação o Complexo Vegetacional da Zona Litorânea, Floresta Subperenifólia Tropical Pluvio-Nebular e Floresta Subcaducifólia Tropical Pluvial.

E a fauna é composta por répteis (principalmente lagartos e cobras), roedores, insetos, aracnídeos, cachorro-do-mato, sapo-cururu, asa-branca, cutia, gambá, preá, tatupeba, sagui-do-nordeste, entre outros animais.[16]

Subdivisão

O município é composto de dois distritos: Sede e Gereraú

Promulgação da Lei Orgânica da Cidade

A Lei Orgânica do Município de Itaitinga foi promulgada em 2005 estabelecendo os princípios fundamentais de organização política, administrativa e financeira da cidade. Esse documento é a constituição municipal e define os direitos e deveres dos cidadãos, a estrutura dos poderes Executivo e Legislativo, e as diretrizes para o planejamento urbano e social.

Administração Municipal e Divisão Política

A administração de Itaitinga é conduzida pelo Prefeito Municipal, auxiliado por secretarias e órgãos de administração indireta. O Poder Legislativo é representado pela Câmara de Vereadores, composta por parlamentares eleitos a cada quatro anos.

Atualmente, o município está dividido em bairros e localidades urbanas e rurais. Entre os bairros mais conhecidos estão Barroão, Curva, Mangabeira, Conjunto Itaitinga I e II, entre outros.

Símbolos

Bandeira



Brasão



Dados do município/localização
Fundação: 27/03/1992
Emancipação Política: 27 MARÇO
Gentílico: itaitinguense
Unidade Federativa: Ceará
Mesorregião: Metropolitana
Microrregião: Fortaleza
Distância para a capital: 32 KM

Professor da Educação Básica

CONCEPÇÃO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO / APROPRIAÇÃO DO CONHECIMENTO NA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL

Psicologia do Desenvolvimento: Uma ciência do tempo e da atualidade

A Psicologia é um ramo das ciências humanas que tem como objeto de estudo o ser humano. Possui diversas áreas, cada qual com definições específicas, sendo o ser humano focado nas suas distintas expressões (comportamentos, sentimentos, ações, pensamento, linguagem etc.) em relação aos aspectos individual, social, ambiental, histórico, biológico.

No entanto, a compreensão do ser humano como ser concreto, autônomo, multideterminado, levando em consideração os seus mais diversos elementos constitutivos, para além dos que envolvem a preocupação com a “alma” (que já existia entre os gregos antes da era cristã), nem sempre esteve presente¹.

A busca pela compreensão do homem foi e é uma tarefa nem sempre fácil de realizar em sua totalidade e abarcou um processo histórico de questionamentos, descobertas, desenvolvimento de ideias, criação de tendências e de abordagens teóricas diferentes, imersos nas mais diversas culturas e ideologias. Assim, na conhecida história de criação da Psicologia como área da ciência, atrelada aos princípios e métodos científicos, destaca-se Wilhelm Wundt, que, em 1879, realizou em Leipzig, na Alemanha, estudos de laboratório com experimentos em Psicofisiologia.

Esse evento foi possível por uma série de transformações históricas ocorridas na sociedade e nas relações que as determinam:

- As descobertas de novas terras, com a acumulação de riquezas, com a transição para o capitalismo, que se instituiu como uma nova forma de organização social e econômica (criou novas necessidades de consumo das mercadorias produzidas, questionou a hierarquia social fixa);
- A maior valorização e a defesa da emancipação do homem;
- As descobertas no campo da ciência e a possibilidade desta de solucionar problemas do cotidiano humano;
- A produção de novos conhecimentos (frutos da razão humana e independentes da fé) e o estabelecimento de métodos e regras para a sua elaboração, caminhando em paralelo com a

necessidade por desvendar a natureza e suas leis; os avanços da ciência, tornando-se esta referência para a visão de mundo, de homem, do que se poderia compreender como “verdade”.

Então, é no contexto histórico social do século XIX, quando o homem é compreendido como um eu provido de um domínio interior, que se constitui a partir do intercâmbio de suas experiências definidas por leis gerais do desenvolvimento humano, que a Psicologia emerge no cenário da modernidade, comprometida com os valores prescritos que, sob alento do Iluminismo, enfatizam o papel da razão e postulam a ideia de emancipação do homem.

Os discursos predominantes forjam e apontam como inquestionável (naturalizada) a relação intrínseca entre razão, emancipação e progresso. Assim, a razão e a autorregulação são impetradas como condição para o desenvolvimento do homem como indivíduo civilizado.

Em suma, a Psicologia surge em busca de resposta a muitas questões, é fruto das dúvidas do homem moderno: quem realmente é, o que poderia ser, como resolver seus conflitos, qual é seu destino, o que é de fato a verdade, o que se deve estudar, sua subjetividade, o que está dentro, ou o que se definia como realidade, o objetivo, o que está fora?

Ao longo de sua constituição, a Psicologia contou ainda com influências de teorias como a do evolucionismo do naturalista britânico Charles Darwin; das descobertas e dos estudos da Fisiologia, da Neurologia, da Neurofisiologia, das novas teorias de comunicação; além da realização de estudos de cunho quantitativo e qualitativo na Psicologia e da propagação dos métodos clínico e experimental.

E, na contemporaneidade, busca romper com a dicotomia sujeito/objeto. A Psicologia passou por diversas transformações, em que ampliou, amplia e delimita suas áreas de conhecimento, a fim de investigar e explicar os processos que engendram o fazer humano, como seus processos afetivos, de aprendizagem, de desenvolvimento.

Uma de suas áreas é a Psicologia do Desenvolvimento, ciência que se dedica a estudar o desenvolvimento humano nas diferentes etapas de vida, ou seja, durante todo o percurso do ser humano, tendo em vista uma perspectiva de continuidades e de rupturas, integrando diferentes aspectos, tais como afetivo-emocional, social, físico-motor e intelectual, em que as influências dos aspectos biológicos, sociais, culturais e físicos são consideradas.

Ao longo da história dos estudos acerca do desenvolvimento humano, é possível encontrar uma maior incidência dos que se debruçam sobre a criança e o adolescente, e ainda hoje muitos dos livros de Psicologia do Desenvolvimento focalizam essas

1 ROSSATO, Nelson Piletti, Solange Marques Rossato, G. *Psicologia do desenvolvimento*. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

etapas de vida dos indivíduos. O estudo do desenvolvimento infantil é considerado uma das mais antigas especialidades da Psicologia, em que se procurava descrever e explicar o indivíduo desde o seu nascimento até a adolescência.

Esse interesse se inicia com a preocupação com os cuidados, os hábitos alimentares, o sono e a educação das crianças, e com o próprio conceito de infância como um período peculiar do desenvolvimento. Depois vemos os estudos da infância apresentarem uma conotação mais abstrata, como os que envolvem a linguagem, a ansiedade, a motivação, o afeto etc.

Muitos estudiosos de Psicologia do Desenvolvimento, em seus primórdios, concentraram-se em focalizar a infância e a adolescência, ainda que não deixem de trazer em seu escopo a ideia de que o desenvolvimento se processa ao longo da vida, não enquadrando essa ideia convincentemente em suas teorias.

Vemos na atualidade a forte tendência por tracejar o desenvolvimento ao longo de toda a vida, envolvendo, por exemplo, a velhice, numa ruptura com a visão tradicional. Com esse direcionamento, cai por terra a concepção de que o desenvolvimento deve se restringir apenas a determinadas faixas etárias tidas como “universais”.

No entanto, quando se volta para o senso comum, para o conhecimento popular sobre o desenvolvimento humano, versam-se ideias que implicam estágios universais que se sucedem numa sequência estável, cumulativa, homogênea, irreversível, que progressiva e normativamente “evolui” numa ordem crescente de complexidade rumo à vida adulta. Isso implica que a infância (a menor e inacabada idade) seja delimitada como uma transição a ser suplantada com a aquisição e o acúmulo de experiências e de conhecimentos requeridos pelo adulto, já maduro, estável.

Essas questões não são e não foram assim elencadas apenas pelo senso comum, pois na história dos estudos sobre o desenvolvimento humano, é possível encontrar sua associação aos ideais de emancipação, em que é tomado como sequencial, cujas fases são ordenadas conforme princípios de complexidade e aperfeiçoamento crescentes, assim como na concepção do indivíduo autônomo, autossuficiente e universal.

Estudos sobre a representação social de desenvolvimento humano, mostram que são desqualificadas as conquistas dos sujeitos no decorrer de todo o seu ciclo vital (com exceção do adulto). Evidencia-se a falta de domínios e competências relativos à vida adulta. A infância e a adolescência corroboram as fases do “ainda não consegue” e, a velhice, a etapa do “já não consegue mais”, sugerindo atrasos e perdas do desenvolvimento.

Outra característica da Psicologia do Desenvolvimento, em seu processo de construção científica, refere-se ao fato de estar aportada nos paradigmas científicos determinantes na primeira metade do século XX, em que o behaviorismo era dominante. Essa teoria depôs o desenvolvimento de seu contexto sócio-histórico, centrando-o nos aspectos relativos à natureza do sujeito.

Após esse período, é possível verificar uma perspectiva mais subjetiva, em que se passa a levar em conta as emoções. E mudanças visando resolver problemas práticos em prol da educação, do bem-estar, da saúde, do reconhecimento de direitos enquanto criança, adolescente.

Sintetiza-se o estudo das transformações históricas da Psicologia do Desenvolvimento Humano, de modo a agrupá-las em fases. O período inicial é caracterizado como formativo (1882-

1912), em que se tem a publicação, em 1882, do livro *The Mind of the Child*, de Preyers, marcando os estudos e estimulando pesquisas na área do desenvolvimento.

Surgem ainda ao final do século XIX, na França e nos Estados Unidos, as primeiras publicações especializadas e organizações em prol do estudo do desenvolvimento. Os interesses de pesquisa nessa época envolviam principalmente a Psicobiologia, Psicologia da personalidade e desenvolvimento cognitivo.

Ainda sobre a evolução histórica da Psicologia, acrescenta-se que, em torno de 1890/1900, os principais temas tratados nos estudos referenciavam o desenvolvimento emocional, as bases biológicas do comportamento, diferenças entre processos conscientes e inconscientes, o papel do self² no desenvolvimento, desenvolvimento cognitivo.

Por volta de 1920 a 1939, temos um período de investimento no estudo do desenvolvimento da criança, ainda que ocorra a publicação dos primeiros estudos sobre envelhecimento. Os principais interesses das pesquisas nesta época foram desenvolvimento intelectual, maturação e crescimento.

Dá-se início a críticas aos métodos existentes de pesquisa (maioria descritivos e normativos) com interesse para com os estudos longitudinais na área do desenvolvimento.

As mudanças de foco podem ser situadas no período de 1950/1960, em que a teoria da aprendizagem social e a do behaviorismo tiveram grande repercussão e domínio; estudos sobre a percepção, a sensação, a linguagem também foram realizados, captando-os já nos recém-nascidos. O foco mantém-se na criança, no que se refere aos aspectos correlacionais das variáveis que comprometem o desenvolvimento.

Afetados pelas guerras, os investimentos em pesquisa tornam-se mais escassos. Assim, entre 1960-1989 aproximadamente, houve novamente uma emergência dos estudos no campo do desenvolvimento e da teoria piagetiana como lineamento teórico das pesquisas neste campo.

Também um crescente interesse pela Psicobiologia, pelas bases biológicas do comportamento e pela busca de explicação das causas do desenvolvimento, com grande utilização do método experimental e do uso de técnicas correlacionais agregadas a estudos longitudinais.

A revolução cognitiva atinge a Psicologia do Desenvolvimento, em que a forma como a mente opera torna-se central, pois seria ela que daria ao comportamento seu caráter humano, contrariando assim as ideias behavioristas radicais. No período citado verifica-se também, a presença da visão humanista, que reconhece a interpretação subjetiva do homem, ou seja, a perspectiva pela qual vê o mundo; há ênfase no individual.

Os psicólogos humanistas acreditam que devem ser investigados os problemas humanos significativos e, ainda, que o homem não deve ser compartimentalizado.

Da década de 1990 aos dias atuais, emergem novos paradigmas na Psicologia do Desenvolvimento, num caráter interdisciplinar. Há a repercussão de estudos que se dedicam a investigar o desenvolvimento emocional, as capacidades cognitivas da criança, o desenvolvimento moral, as bases biológicas do comportamento (com pesquisas em neurocognição)

² Na psicanálise self refere-se ao sentimento difuso da unidade da personalidade (suas atitudes e predisposições de comportamento), ou ao indivíduo, tal como se revela e se conhece, representado em sua própria consciência.